

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e o ativo biológico mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs – 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IFRS 7	Divulgações – transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção

antecipada dessas normas e alterações de práticas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
--	--	--

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (‘CVM’) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Propriedade para investimentos

O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas

estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A. adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

l) Empréstimos e financiamentos, debêntures, cédula de crédito imobiliário – CCI e certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

m) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo

recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de

ativos para o valor de realização.

r) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

s) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

t) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	2011	2010
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA.	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA.	99,99	-

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Fundo fixo	16	17	21	21
Bancos	1.272	2.195	2.477	2.445
Aplicações financeiras	71.208	36.979	72.224	37.896
	<u>72.496</u>	<u>39.191</u>	<u>74.722</u>	<u>40.362</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 102,5% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	89.957	77.572	94.577	82.357
Clientes - mercado externo	4.152	2.895	4.198	2.949
Controladas	1.905	2.132	-	-
	<u>96.014</u>	<u>82.599</u>	<u>98.775</u>	<u>85.306</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.834)	(5.696)	(6.544)	(6.406)
	<u>90.179</u>	<u>76.903</u>	<u>92.231</u>	<u>78.900</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
À vencer	81.929	73.687	83.628	75.644
Vencidos até 30 dias	6.769	2.113	7.125	2.203
Vencidos de 31 a 60 dias	386	524	386	563
Vencidos de 61 a 90 dias	115	288	124	288
Vencidos de 91 a 180 dias	162	48	180	48
Vencidos há mais de 180 dias	6.652	5.939	7.331	6.560
	<u>96.014</u>	<u>82.599</u>	<u>98.775</u>	<u>85.306</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 53 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo no início do exercício	(5.696)	(5.326)	(6.406)	(6.042)
Provisões para perdas reconhecidas	(146)	(571)	(146)	(571)
Valores recuperados no período	8	201	8	207
Saldo no final do exercício	<u>(5.834)</u>	<u>(5.696)</u>	<u>(6.544)</u>	<u>(6.406)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 42.308, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 17), e também cessão fiduciária de 3 (três) parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 16).

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Produtos acabados	5.486	6.237	7.442	7.975
Materiais de produção	18.364	20.370	18.364	20.370
Materiais de consumo	11.890	10.340	11.924	10.340
Outros estoques	626	280	626	322
	<u>36.366</u>	<u>37.227</u>	<u>38.356</u>	<u>39.007</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o ano em relação às operações continuadas foi de R\$ 345.377 (R\$ 312.425 em 2010) no individual e R\$ 353.393 (R\$ 320.090 em 2010) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido como despesa não inclui nenhuma redução referentes a perdas de estoques ao valor líquido realizável. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ICMS sobre aquisição de imobilizado	3.457	5.286	3.463	5.298
ICMS	321	888	341	888
IPI	5.547	4.147	5.547	4.147
Imposto de renda	908	548	908	550
Contribuição social	338	152	338	153
Imposto de renda retido na fonte	245	-	245	-
Outros	7	15	7	15
	<u>10.823</u>	<u>11.036</u>	<u>10.849</u>	<u>11.051</u>
Parcela do circulante	8.661	8.635	8.687	8.650
Parcela do não circulante	2.162	2.401	2.162	2.401

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Banco do Brasil - Nova York - a)	3.840	5.976
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.834	4.508
	<u>8.674</u>	<u>10.484</u>
Parcela do circulante	5.143	6.419
Parcela do não circulante	3.531	4.065

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2012.
- b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato. Os resgates estão ocorrendo em 8 parcelas semestrais, que iniciaram em setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Créditos de carbono	6.378	5.789	6.378	5.789
Adiantamento a fornecedores	1.412	347	1.425	357
Créditos de funcionários	982	833	1.004	835
Renegociação de clientes	3.309	3.625	3.340	3.656
Despesas antecipadas	1.025	2.296	1.057	2.298
Outros créditos	494	520	567	628
	<u>13.600</u>	<u>13.410</u>	<u>13.772</u>	<u>13.563</u>
Parcela do circulante	12.205	8.319	12.350	8.445
Parcela do não circulante	1.395	5.091	1.422	5.118

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de

Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto, considerando o valor provável de realização estimado com base nos contratos firmados. Em 31 de dezembro de 2011 a grande maioria dos créditos que são os volumes gerados até outubro de 2011, já se encontravam auditados pela *DNV - DET NORSKE VERITAS CERTIFICATION AS*, e estavam aguardando a emissão dos respectivos créditos para serem negociados. A Administração espera que estes créditos sejam emitidos em um período inferior a 12 meses.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos tem cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Estoques	195	530
Imobilizado	657	6.560
Ativos de operação descontinuada	852	7.090

Em 2011, parte dos imóveis daquela unidade foram alugados para operações de empresas da região, até que as condições de venda dos mesmos sejam favoráveis para a Companhia. Desta

forma os mesmos estão sendo reclassificados nessas demonstrações para Propriedade para Investimento conforme abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Imobilizado - Edificações	4.997	-
Total de propriedade para investimento	4.997	-

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado em cada período de competência.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.261	9.203	11.293	9.206
Sobre prejuízo fiscal	932	1.272	932	1.272
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.054	3.316	4.071	3.316
Sobre base de cálculo negativa	336	458	336	458
	<u>16.583</u>	<u>14.249</u>	<u>16.632</u>	<u>14.252</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R\$
2012	5.109
2013	1.902
2014	2.245
2015	4.350
2016	3.026
	<u>16.632</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo, é assim demonstrada :

Controladora	Saldo inicial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	883	138	1.021
Provisão para riscos diversos	11.343	2.818	14.161
Outros	293	(159)	134
Total diferenças temporárias	12.519	2.797	15.316
Prejuízos fiscais	1.730	(463)	1.267
	<u>14.249</u>	<u>2.334</u>	<u>16.583</u>

Consolidado	Saldo inicial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	883	138	1.021
Provisão para riscos diversos	11.343	2.818	14.161
Outros	296	(113)	183
Total diferenças temporárias	12.522	2.843	15.365
Prejuízos fiscais	1.730	(463)	1.267
	<u>14.252</u>	<u>2.380</u>	<u>16.632</u>

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Iraflor Comércio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2009	<u>99.827</u>	<u>76.047</u>	-	<u>3.529</u>	-	<u>179.403</u>
Aumento de capital	-	-	1.467	-	-	1.467
Resultado da equivalência patrimonial	28.150	11.776	43	-	-	39.969
Dividendos propostos	(8.018)	(2.772)	-	-	-	(10.790)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>119.959</u>	<u>85.051</u>	<u>1.510</u>	<u>3.529</u>	-	<u>210.049</u>
Resultado da equivalência patrimonial	10.589	11.922	(151)	-	594	22.954
Dividendos propostos	(28.023)	(12.090)	-	-	-	(40.113)
Aporte de Capital	-	-	-	-	37.536	37.536
Adiantamento para futuro aumento de Capital	12.510	5.640	-	-	-	18.150
Em 31 de dezembro de 2011	<u>115.033</u>	<u>90.523</u>	<u>1.359</u>	<u>3.529</u>	<u>38.130</u>	<u>248.575</u>
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	37.540	
Patrimônio líquido	115.034	90.536	1.360	3.530	38.134	
Resultado do período	10.590	11.923	(147)	-	594	
Participação no capital em %	99,99	99,98	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

14. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	2011			2010
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Controladora</u>				
Terrenos	123.901	-	123.901	123.894
Prédios e construções	36.268	(7.154)	29.114	28.136
Equipamentos e instalações	515.845	(189.073)	326.772	344.035
Veículos e tratores	1.774	(1.278)	497	513
Outras imobilizações*	13.160	(8.508)	4.651	4.757
Imobilizações em andamento	20.614	-	20.614	5.216
Adiantamento fornec. de imobilizado	759	-	759	6.740
Bens contratados em leasing financeiro	27.780	(11.188)	16.592	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(2.034)	14.027	14.669
	<u>756.161</u>	<u>(219.235)</u>	<u>536.927</u>	<u>545.705</u>
<u>Consolidado</u>				
Terrenos	174.487	-	174.487	169.014
Prédios e construções	147.777	(30.405)	117.372	118.624
Equipamentos e instalações	515.971	(189.103)	326.868	344.115
Veículos e tratores	1.877	(1.293)	584	603
Outras imobilizações*	15.851	(8.267)	7.583	5.076
Imobilizações em andamento	21.024	-	21.024	7.736
Adiantamento fornec. de imobilizado	759	-	759	6.741
Bens contratados em leasing financeiro	27.904	(11.195)	16.709	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.062	(2.034)	14.028	14.669
	<u>921.711</u>	<u>(242.297)</u>	<u>679.414</u>	<u>684.323</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo inicial	545.705	570.282	684.323	709.409
Adições	38.111	19.926	44.305	20.882
Baixas	(10.957)	(12.085)	(11.089)	(12.587)
Depreciação	(35.932)	(32.418)	(38.125)	(33.381)
Saldo final	536.927	545.705	679.414	684.323

b) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

c) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 9,18%, de empréstimos utilizados especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 1.764.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2011.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Custo de formação dos ativos biológicos	36.489	40.789	74.107	44.003
Diferencial do valor justo	92.027	120.662	165.890	194.212
Ativo biológico a valor justo	<u>128.516</u>	<u>161.451</u>	<u>239.997</u>	<u>238.215</u>

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 161.188 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 114.745 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores se referente a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos a fábrica de Vargem Bonita, SC, onde são consumidos.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 78.809, e estão localizados no litoral do RS.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, no ativo biológico de SC, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de

produção da unidade produtiva. Já para os ativos biológicos do RS, a extração de resina é realizada em função da capacidade de geração da floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão a remuneração dos ativos próprios que contribuem, a taxa de 3% a.a, e a taxa de desconto, de 8% a.a em 2011.

As avaliações dos valores justos dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram realizadas por consultores especializados contratados pela administração, e devido às variações de premissas e o crescimento das florestas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou neste exercício, um ganho, conforme demonstrado abaixo.

Neste exercício a Companhia não observou nenhum evento que impactasse a valorização do

ativo biológico, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

b) Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 01.01.2010	143.881	199.743
Plantio	3.737	3.970
Exaustão		
Custo histórico	(2.169)	(2.758)
Valor justo	(5.335)	(13.478)
Variação do valor justo	21.337	50.738
Saldo em 31.12.10	<u>161.451</u>	<u>238.215</u>
Plantio	4.536	4.857
Exaustão		
Custo histórico	(1.452)	(3.867)
Valor justo	(4.832)	(13.535)
Transferência para capitalização em controlada	(37.536)	-
Variação do valor justo	6.349	14.327
Saldo em 31.12.11	<u><u>128.516</u></u>	<u><u>239.997</u></u>

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

c) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos biológicos em garantias de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

d) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade

até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidos.

16. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	8.604	10.252	8.604	10.252	a)
Capital de giro	30.171	63.308	30.666	63.308	b)
Capital de giro - CDCA	15.505	-	15.505	-	c)
Leasing financeiro	1.065	602	1.102	602	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	13.258	13.258	e)
Total moeda nacional	55.345	74.162	69.135	87.420	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.475	2.199	2.475	2.199	f)
Adiantamento contrato de câmbio	5.641	322	5.641	322	g)
Banco Votorantim	-	1.186	-	1.186	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	347	-	347	
Toronto Dominion Bank	177	310	177	310	h)
Banco Credit Suisse	20.256	16.824	20.256	16.824	i)
Banco C.I.T.	942	863	942	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.638	1.400	1.638	1.400	k)
Banco Santander	2.014	1.840	2.014	1.840	l)
Banco Santander PPE	-	2.201	-	2.201	
Total moeda estrangeira	33.143	27.492	33.143	27.492	
Total do circulante	88.488	101.654	102.278	114.912	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	9.240	15.066	9.240	15.066	a)
Capital de giro	25.643	5.174	25.643	5.174	b)
Capital de giro - CDCA	78.367	-	78.367	-	c)
Leasing financeiro	1.416	694	1.492	694	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	8.839	22.097	e)
Total moeda nacional	114.666	20.934	123.581	43.031	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	1.164	3.601	1.164	3.601	f)
Toronto Dominion Bank	-	155	-	155	h)
Banco Credit Suisse	53.600	63.090	53.600	63.090	i)
Banco C.I.T.	-	863	-	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.638	2.800	1.638	2.800	k)
Banco Santander	-	1.840	-	1.840	l)
Total moeda estrangeira	56.402	72.349	56.402	72.349	
Total do não circulante	171.068	93.283	179.983	115.380	
Total	259.556	194.937	282.261	230.292	

Vencimentos no longo prazo:	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
2012	-	22.441	-	35.699
2013	43.564	20.509	52.403	29.348
2014	49.400	24.547	49.400	24.547
2015	47.524	22.600	47.524	22.600
Acima	30.580	3.186	30.656	3.186
	<u>171.068</u>	<u>93.283</u>	<u>179.983</u>	<u>115.380</u>

Captações em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,90% a.a., com vencimento final em 2019.
- Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 11,63% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2015.
- Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% a.a.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	874
2013	762
2014	634
2015 e acima	904
	<u>3.174</u>

- Leasing financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,09% a.a. com vencimento

final em 2014.

e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,40% a.a. para operações em dólar e de 5,21% a.a. para operações em Euro.

- f) Leasing financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- g) Adiantamento contrato de câmbio atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única, com vencimento no segundo semestre de 2012.
- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, principal atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. Os juros incidentes sobre esta operação não sofrem variação cambial, conforme contrato de swap descrito na nota explicativa nº 31.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 19,12%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	964
2013	1.063
2014	1.284
2015	1.469
	<u>4.780</u>

- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 116.183. Outras operações mantém garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 91.631 sendo:
- Cessão Fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 9.500 hectares.
 - Alienação fiduciária de florestas de Pínus e Eucalipto existentes sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.
- ii) Para Cédula de crédito imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.555, sendo:
- Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
 - Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
 - Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada

Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP e caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel no valor de R\$ 185.079. Além dessas, estão em garantia as ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia.

- iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em dezembro de 2011 A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

- ii) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iii) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,0 vezes para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012; (ii) 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; (iii) 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,50 vezes para 31 de dezembro de 2011 e subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 70% do valor da depreciação somada a exaustão e amortização. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse, exceto o índice previsto no item b) descrito acima, para o qual em 31 de dezembro de 2011, foi obtido “*waiver*” junto ao credor, válido exclusivamente para este índice nesta data.

iv) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato.

A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Santander (Brasil).

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

17. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures da Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.827 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	856
2013	852
2014	892
2015	227
	<u>2.827</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 161.049, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 26.527.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12

Meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Primeira Emissão de Debêntures da Irani Trading S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2013	232
2014	588
2015	1.082
	<u>1.902</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2011	-	12.788	-	12.788
2012	25.226	25.445	25.226	25.445
2013	24.999	25.617	24.999	25.617
2014	24.603	25.503	24.603	25.503
2015	57.626	53.076	11.653	11.559
	<u>132.453</u>	<u>142.429</u>	<u>86.480</u>	<u>100.912</u>
Parcela do circulante	26.000	12.788	26.000	12.788
Parcela do não circulante	106.453	129.641	60.480	88.124

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Interno				
Materiais	26.377	32.114	27.741	32.695
Ativo imobilizado	1.975	291	1.975	291
Prestador de serviços	2.451	2.100	2.603	2.160
Transportadores	5.211	4.267	5.271	3.825
Partes relacionadas	6.653	1.390	-	-
Externo				
Materiais	123	661	123	661
	<u>42.790</u>	<u>40.823</u>	<u>37.713</u>	<u>39.632</u>

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento REFIS INSS	-	580	-	674
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.148	1.409	2.177	1.418
Parcelamento ICMS	1.693	1.321	1.693	1.321
Parcelamento INSS Patronal	721	700	812	700
	<u>4.562</u>	<u>4.010</u>	<u>4.682</u>	<u>4.113</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento REFIS INSS	-	-	-	608
Parcelamento REFIS Receita Federal	6.200	8.273	6.253	8.353
Parcelamento ICMS	2.784	3.509	2.784	3.509
Parcelamento INSS Patronal	1.682	2.154	1.802	2.154
	<u>10.666</u>	<u>13.936</u>	<u>10.839</u>	<u>14.624</u>

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	2.014	-	2.104
2013	2.912	2.014	3.031	2.104
2014	2.327	2.014	2.381	2.104
2015	787	1.687	787	1.777
Acima	<u>4.639</u>	<u>6.207</u>	<u>4.639</u>	<u>6.535</u>
	<u>10.666</u>	<u>13.936</u>	<u>10.839</u>	<u>14.624</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 8.348 sendo R\$ 3.252 de principal e R\$ 5.096 de multas e de juros de mora. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para os exercícios de 2010 e de 2011 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado e a reserva de reavaliação foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de

2010 são compostos conforme:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido passivo				
Varição cambial a realizar pelo regime de caixa	3.945	8.364	5.477	8.757
Valor Justo dos ativos biológicos	30.224	30.165	31.737	31.635
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	83.439	83.457	104.456	104.439
Reserva de reavaliação	4.123	4.258	4.123	4.258
Subvenção governamental	709	-	709	-
Contribuição social diferida passiva				
Varição cambial a realizar pelo regime de caixa	1.420	3.011	1.971	3.153
Valor Justo dos ativos biológicos	10.878	10.858	11.695	11.653
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	30.039	30.047	37.603	37.599
Reserva de reavaliação	1.484	1.533	1.484	1.533
Subvenção governamental	256	-	256	-
	<u>166.517</u>	<u>171.693</u>	<u>199.511</u>	<u>203.027</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, é assim demonstrada :

Controladora	Saldo inicial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Varição cambial reconhecida por caixa	11.375	(6.010)	5.365
Valor justo dos ativos biológicos	41.023	79	41.102
Custo atribuído do ativo biológico e revisão de vida útil	113.504	(26)	113.478
Reserva de reavaliação	5.791	(184)	5.607
Subvenção governamental	-	965	965
	<u>171.693</u>	<u>(5.176)</u>	<u>166.517</u>

Consolidado	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Saldo Final</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Varição cambial reconhecida por caixa	11.910	(4.462)	7.448
Valor justo dos ativos biológicos	43.288	144	43.432
Custo atribuído do ativo biológico e revisão de vida útil	142.038	21	142.059
Reserva de reavaliação	5.791	(184)	5.607
Subvenção governamental	-	965	965
	<u>203.027</u>	<u>(3.516)</u>	<u>199.511</u>

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Irani Trading S.A.	3.775	-	1.400	1.389	45.973	41.516	2.109	4.345
Habitasul Florestal S.A.	3.972	4.369	375	456	-	-	-	13.258
HGE - Geração de Energia	-	-	920	1.387	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	1.905	2.132	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	4.877	-	-	-	-	-
Fazenda São Clemente	-	-	-	149	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	5.279	3.818	-	-	-	-
Total	9.652	6.501	12.851	7.199	45.973	41.516	2.109	17.602
Parcela circulante	(9.652)	(6.501)	(12.851)	(7.050)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	45.973	41.516	2.109	17.602

Controladora	Receitas		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Irani Trading S.A.	-	-	17.188	17.569
Habitasul Florestal S.A.	-	-	2.882	841
Meu Móvel de Madeira	61	4.400	-	3.437
Irani Participações	-	-	571	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	447
Fazenda São Clemente	-	-	-	1.341
Remuneração dos administradores	-	-	4.432	4.653
Participação dos administradores	-	-	1.461	3.818
Total	61	4.400	26.534	32.586

Consolidado	Contas a pagar		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Irani Participações	-	-	571	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	447
Fazenda São Clemente	-	149	-	1.341
Remuneração dos administradores	-	-	4.815	5.003
Participação dos administradores	5.279	3.818	1.461	3.818
Total	5.279	3.967	6.847	11.089
Parcela circulante	(5.279)	(3.967)	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 17.

Em 03 de junho e em 31 de agosto de 2011 a Companhia transferiu para a Iraflor R\$ 37.475 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2012.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 4.815 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.003 em 2010). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 no valor máximo de R\$ 5.500.

Adicionalmente foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2011, no montante de R\$ 1.461, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores conforme programa de remuneração variável de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração. Atualmente a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações a seus administradores.

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Provisão cíveis	1.308	7.669	1.308	7.669
Provisão trabalhistas	499	508	566	575
Provisão tributárias	39.843	31.685	39.843	31.684
Total	41.650	39.862	41.717	39.928
Depósitos Judiciais	996	7.337	1.258	7.513

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.10	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.11
Cível	7.669	138	-	(6.499)	1.308
Trabalhista	508	19	(28)	-	499
Tributária	31.685	9.463	(703)	(602)	39.843
	39.862	9.620	(731)	(7.101)	41.650
Consolidado	31.12.10	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.11
Cível	7.669	138	-	(6.499)	1.308
Trabalhista	575	19	(28)	-	566
Tributária	31.684	9.464	(703)	(602)	39.843
	39.928	9.621	(731)	(7.101)	41.717

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2011, havia R\$ 1.308 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 626, classificados no Ativo não Circulante. No exercício de 2011, a Companhia compensou provisão registrada relativa a aluguéis de exercícios passados, registrados em função de uma ação cível, com os respectivos depósitos judiciais por reversão desses em nome da outra parte. Esta compensação não impactou o resultado do período.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R\$ 566 em 2011, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 632, classificados no Ativo não Circulante.
- As provisões para processos tributários se referem a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela

Companhia. O montante compensado entre os períodos de janeiro 2007 a dezembro de 2011 foi de R\$ 28.431. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 39.843.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2011, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Contingências trabalhistas	11.752	8.154
Contingências cíveis	2.064	780
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	61.535	46.097
	<u>76.227</u>	<u>55.907</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 11.752 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.064 e contemplam principalmente ação cíveis de indenização. Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 61.535 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de

2011 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.

- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 4.399 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 4.581 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos recursos voluntários.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 29.491. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 12.804. A Companhia discute administrativamente os processos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio

em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações. O plano de recompra teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R\$ 229, e até 23 de novembro de 2011, quando o programa foi encerrado, mais 66.900 no valor de R\$ 1.761 distribuído da seguinte forma:

Compra de Ações

	Controladora			
	31.12.11		31.12.10	
	Valor	Quant.	Valor	Quant.
Ordinárias	1.411	54.400	199	7.900
Preferenciais	350	12.500	30	1.200
	1.761	66.900	229	9.100

O valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R\$ 27,00 em 31.12.10 e de R\$ 19,01 em 31.12.11 para as ações ordinárias, e R\$ 26,00 em 31.12.10 e R\$ 28,50 em 31.12.11 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 4.602 (quatro mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 47, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal. O montante de Dividendos e Juros sobre capital próprio creditados em 2011 foi de R\$ 9.761. A Companhia distribuiu no exercício a título de juros sobre capital próprio o montante líquido de impostos de R\$ 4.250.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro Líquido do exercício	9.354	34.360
Realização da reserva de reavaliação	356	365
Realização da reserva de lucros a realizar	5.028	3.205
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial	24.774	3.039
(-) Reserva legal	(468)	(2.048)
Lucro base para distribuição de dividendos	39.044	38.921
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)		
Dividendos propostos a pagar	<u>9.761</u>	<u>9.730</u>
Juros sobre capital Próprio - JCP	5.000	-
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre Juros		
Capital Próprio - JCP	<u>(750)</u>	-
Juros sobre capital Próprio - JCP Líquidos Imposto Renda	<u>4.250</u>	<u>-</u>
Dividendos propostos a pagar	<u>5.511</u>	<u>9.730</u>
Total de Dividendos e JCP por ação ordinária (R\$ por ação)	1,21	1,20
Total de Dividendos e JCP por ação preferencial (R\$ por ação)	1,33	1,32

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de reavaliação, da reserva de lucros a realizar e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Neste exercício foi ajustada a realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial por diferenças não realizadas em exercícios anteriores e que tiveram como origem a adoção inicial dos CPCs que tratam da matéria.

d. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de lucros a realizar, e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Esta reserva, em 31 de dezembro de 2011, foi transferida para reserva estatutária de Ativos Biológicos no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas. Vide nota explicativa nº37 de eventos subsequentes sobre a matéria.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela

de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

e. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos.

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	2011		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.412.043	630.905	8.042.948
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	8.553	801	9.354
Lucro por ação básico e diluído - R\$	1,1539	1,2693	

	2010		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.457.727	640.413	8.098.140
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	34.983	3.305	38.288
Lucro por ação básico e diluído - R\$	4,6909	5,1601	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas de produtos	580.623	541.447	615.176	570.025
Impostos sobre as vendas	(125.064)	(120.337)	(129.468)	(123.900)
Devoluções de vendas	(3.871)	(3.153)	(4.196)	(3.439)
Receita líquida de vendas	<u>451.688</u>	<u>417.957</u>	<u>481.513</u>	<u>442.686</u>

26. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(262.030)	(269.095)	(258.002)	(264.916)
Gastos com pessoal	(61.134)	(46.094)	(65.180)	(48.112)
Varição valor justo ativos biológicos	6.349	21.337	14.327	50.738
Depreciação, amortização e exaustão	(41.871)	(39.946)	(54.857)	(50.992)
Fretes de vendas	(19.859)	(16.760)	(21.079)	(17.420)
Contratação de serviços	(16.364)	(6.637)	(16.528)	(7.615)
Despesas de vendas	(21.209)	(12.156)	(21.272)	(12.392)
Outros gastos	-	(3.347)	-	(4.762)
	<u>(416.118)</u>	<u>(372.698)</u>	<u>(422.591)</u>	<u>(355.471)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(1.284)	(2.268)	(1.486)	(3.009)
Creditos tributários	929	642	929	642
Venda de ativo permanente	2.177	1.462	2.295	2.303
Outras receitas/despesas	2.651	146	2.695	188
	<u>4.473</u>	<u>(18)</u>	<u>4.434</u>	<u>124</u>
Despesa operacional	<u>(411.645)</u>	<u>(372.716)</u>	<u>(418.157)</u>	<u>(355.347)</u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de bens alienados	2.177	1.218	2.298	2.059
Reversão de contingência	-	147	-	174
Outras receitas operacionais	4.538	1.063	4.602	1.212
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	-	781	-	781
	<u>6.715</u>	<u>3.209</u>	<u>6.900</u>	<u>4.226</u>

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(1.286)	(1.940)	(1.405)	(2.780)
Outras despesas operacionais	(956)	(1.077)	(1.061)	(1.112)
Provisão para perda em controlada		(210)	-	(210)
	<u>(2.242)</u>	<u>(3.227)</u>	<u>(2.466)</u>	<u>(4.102)</u>

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos	8.102	37.795	10.841	39.765
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(2.755)	(12.850)	(3.686)	(13.520)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	7.789	13.588	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	4.815	11.079
Juros sobre o capital próprio	1.700	-	1.700	-
Outras diferenças permanentes	(232)	(355)	940	851
Operação descontinuada	-	(2.023)	-	(2.023)
	<u>6.503</u>	<u>(1.640)</u>	<u>3.769</u>	<u>(3.613)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.008)	(2.986)	(2.127)	(3.831)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.511	1.346	5.896	218

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.743	3.014	5.742	4.737
Juros	963	960	1.479	986
Descontos obtidos	167	207	175	215
	<u>6.873</u>	<u>4.181</u>	<u>7.396</u>	<u>5.938</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	17.941	28.831	17.945	28.831
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	5.247	1.999	5.247	1.999
Variação cambial passiva	(27.780)	(26.641)	(27.783)	(26.641)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(2.415)	(4.545)	(2.415)	(4.549)
Variação cambial líquida	<u>(7.007)</u>	<u>(356)</u>	<u>(7.006)</u>	<u>(360)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(52.983)	(44.282)	(51.117)	(44.518)
Descontos concedidos	(125)	(181)	(78)	(181)
Deságios/despesas bancárias	(46)	(499)	(98)	(552)
Outros	(1.607)	(326)	(1.612)	(1.946)
	<u>(54.761)</u>	<u>(45.288)</u>	<u>(52.905)</u>	<u>(47.197)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(54.895)</u>	<u>(41.463)</u>	<u>(52.515)</u>	<u>(41.619)</u>

30. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 311.650. Também estão contratados seguro de vida em grupo para os colaboradores com cobertura entre mínima de R\$ 10 e máxima de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados as atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado nas notas explicativas nº 23).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2011 foi de 61% capital próprio e 39% capital de terceiros, dentro dos patamares almejados.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Dívida (a)	392.009	337.366	368.741	331.204
Caixa e saldos de bancos	72.496	39.191	74.722	40.362
Investimentos mantidos até o vencimento	8.674	10.484	8.674	10.484
Dívida Líquida	<u>310.839</u>	<u>287.691</u>	<u>285.345</u>	<u>280.358</u>
Patrimônio Líquido	<u>464.230</u>	<u>467.116</u>	<u>464.250</u>	<u>467.130</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,67</u>	<u>0,62</u>	<u>0,61</u>	<u>0,60</u>

- (a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos	72.496	39.191	74.722	40.362
Designados ao valor justo por meio do resultado	286	-	286	-
Investimentos mantidos até o vencimento	8.388	13.018	8.388	13.018
Empréstimos e recebíveis				
Conta a receber de clientes	90.179	76.903	92.231	78.900
Outros ativos	10.669	10.247	10.722	10.280
Passivos financeiros				
Designados ao valor justo por meio do resultado	-	2.534	-	2.534
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	259.556	194.937	260.164	194.937
Debêntures	132.453	142.429	86.480	100.912
Cédula de crédito imobiliário	-	-	22.097	35.355
Fornecedores	42.790	40.823	37.713	39.632

Os valores dos instrumentos designados ao valor justo são considerados como Nível 1, uma vez que são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, essas operações apresentam

exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 17 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2010, e 15 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2011. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber	4.152	2.895	4.198	2.949
Créditos de carbono a receber	6.378	5.789	6.378	5.789
Bancos conta vinculada	8.674	10.484	8.674	10.484
Adiantamento de clientes	(298)	(325)	(661)	(207)
Fornecedores	(123)	(661)	(123)	(661)
Empréstimos e financiamentos	(89.545)	(99.841)	(89.545)	(99.841)
Exposição líquida	(70.762)	(81.659)	(71.079)	(81.487)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

Operação	Saldo 31.12.11 U\$S	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	10.262	1,72	(1.589)	2,15	2.827	2,58	7.242
Passivos							
Contas a pagar	(418)	1,72	65	2,15	(115)	2,58	(295)
Empréstimos e financiamentos	(47.737)	1,72	7.390	2,15	(13.149)	2,58	(33.688)
Efeito líquido			5.866		(10.438)		(26.741)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2011 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

- 1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.
- 2- Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.
- 3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

Operação	Indexador	Saldo 31/12	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	72.119	10,29%	(446)	12,86%	1.533	15,44%	3.512
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	113.887	10,29%	703	12,86%	(2.413)	15,44%	(5.529)
Debêntures	CDI	91.210	10,29%	529	12,86%	(1.817)	15,44%	(4.164)
Capital de Giro	TR	1.030	0,09%	3	0,11%	-	0,13%	(2)
BNDES	TJLP	14.558	6,00%	-	7,50%	(218)	9,00%	(437)
Capital de Giro	IPCA	97.047	6,22%	980	7,78%	(529)	9,33%	(2.038)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	3.816	0,50%	3	0,62%	(1)	0,74%	(6)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	6.232	1,35%	17	1,68%	(4)	2,02%	(24)
Efeito Líquido no Resultado				1.789	(3.450)	(8.688)		

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. A exposição máxima corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada (ver nota explicativa nos 16 e 17).

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2011 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	2012	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos					
Fornecedores	37.713	-	-	-	-
Empréstimos	102.278	52.403	49.400	47.524	30.656
Debêntures	25.226	24.999	24.603	11.653	-
Derivativos	1.075	1.075	1.075	538	-
Outros Passivos	5.632	4.493	3.687	787	4.639
	<u>171.924</u>	<u>82.970</u>	<u>78.765</u>	<u>60.502</u>	<u>35.295</u>
Ativos					
Caixa e Equivalentes	74.722	-	-	-	-
Banco Conta Vinculada	5.221	1.381	1.381	691	-
Clientes a Vencer	92.231	-	-	-	-
	<u>172.174</u>	<u>1.381</u>	<u>1.381</u>	<u>691</u>	<u>-</u>
	<u>250</u>	<u>(81.589)</u>	<u>(77.384)</u>	<u>(59.812)</u>	<u>(35.295)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 85.169, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as obrigações de empréstimos e financiamentos forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo, ou pelo custo amortizado, conforme o caso, e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pelo valor justo

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Instrumento financeiro de valor justo				
Moeda Estrangeira <i>Swaps</i>	3.763	286	29.300	(2.534)
Total derivativos	<u>3.763</u>	<u>286</u>	<u>29.300</u>	<u>(2.534)</u>

- (1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de dezembro de 2011, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento					
	2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo					
Moeda Estrangeira - valor justo <i>Swaps</i>	3	34	143	106	286

Finalidade / Risco / Instrumento					
	2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo					
Moeda Estrangeira - valor nocional <i>Swaps</i>	1.075	1.075	1.075	538	3.763

Este instrumento financeiro está atrelado e encontra-se registrado junto à aplicação financeira vinculada, descrita na nota explicativa 9. Sua análise de sensibilidade encontra-se demonstrada em conjunto com o instrumento a ela atrelado.

b) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos por custo amortizado

Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em agosto de 2015.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estão mais expostos a variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento e mantendo-os mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estes juros estão incluídos na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de maio de 2011.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem P.O.; florestal RS e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pinus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					31/12/2010
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	103.425	269.610	18.637	6.411	-	398.083
Mercado externo	31.462	-	13.141	-	-	44.603
Receita de vendas para terceiros	134.887	269.610	31.778	6.411	-	442.686
Receitas entre segmentos	25.997	715	-	-	(26.712)	-
Vendas líquidas totais	160.884	270.325	31.778	6.411	(26.712)	442.686
Variação valor justo ativo biológico	21.336	-	29.402	-	-	50.738
Custo dos produtos vendidos	(104.307)	(211.794)	(25.819)	(3.551)	25.381	(320.090)
Lucro bruto	77.913	58.531	35.361	2.860	(1.331)	173.334
Despesas operacionais	(18.162)	(38.014)	(3.795)	(2.824)	(27.018)	(89.813)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	59.751	20.517	31.566	36	(28.349)	83.521
Resultado financeiro	(22.657)	(18.408)	(746)	(206)	398	(41.619)
Resultado operacional líquido	37.094	2.109	30.820	(170)	(27.951)	41.902
Ativo Total	676.499	170.681	128.072	4.456	165.052	1.144.760
Passivo Total	295.008	63.381	14.421	2.677	302.143	677.630
Patrimônio Líquido	285.388	-	119.958	1.507	60.277	467.130

	Consolidado					31/12/2011
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	109.685	285.886	18.962	10.078	-	424.611
Mercado externo	36.639	-	20.263	-	-	56.902
Receita de vendas para terceiros	146.324	285.886	39.225	10.078	-	481.513
Receitas entre segmentos	22.028	308	-	-	(22.336)	-
Vendas líquidas totais	168.352	286.194	39.225	10.078	(22.336)	481.513
Variação valor justo ativo biológico	4.767	-	9.560	-	-	14.327
Custo dos produtos vendidos	(114.035)	(224.207)	(29.456)	(5.624)	19.929	(353.393)
Lucro bruto	59.084	61.987	19.329	4.454	(2.407)	142.447
Despesas operacionais	(9.784)	(31.206)	(3.032)	(5.143)	(35.177)	(84.342)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	49.300	30.781	16.297	(689)	(37.584)	58.105
Resultado Financeiro	(33.302)	(25.938)	437	(406)	6.694	(52.515)
Resultado Operacional Líquido	15.998	4.843	16.734	(1.095)	(30.890)	5.590
Ativo Total	720.807	155.324	136.170	5.389	164.064	1.181.754
Passivo Total	297.742	57.897	14.475	3.404	343.986	717.504
Patrimônio Líquido	231.866	-	115.034	1.360	115.990	464.250

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2011 totalizaram R\$ 481.513 (R\$ 442.686 em 2010).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 2011 totalizou R\$ 56.902 (R\$ 44.603 em 2010), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

31.12.11 Consolidado			31.12.10 Consolidado		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	13.799	3,1%	Argentina	8.825	2,0%
Arábia Saudita	9.486	2,1%	Holanda	7.749	1,8%
Argentina	9.270	2,1%	Arábia Saudita	6.731	1,5%
França	4.503	1,0%	Paraguai	3.120	0,7%
Paraguai	3.426	0,8%	França	3.045	0,7%
Chile	2.451	0,5%	Chile	2.747	0,6%
África do Sul	2.223	0,5%	Peru	2.059	0,5%
Peru	2.161	0,5%	África do Sul	1.722	0,4%
Alemanha	1.715	0,4%	Alemanha	1.340	0,3%
Bolívia	1.573	0,4%	Noruega	1.144	0,3%
Noruega	942	0,2%	Estados Unidos	1.086	0,2%
Coreia	888	0,2%	Bolívia	894	0,2%
Espanha	882	0,2%	Espanha	811	0,2%
Venezuela	717	0,2%	Uruguai	612	0,1%
Estados Unidos	612	0,1%	Colômbia	598	0,1%
Outros países	2.256	0,5%	Outros países	2.121	0,5%
	<u>56.902</u>	<u>12,7%</u>		<u>44.603</u>	<u>10,1%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2011 no mercado interno representaram R\$ 424.611 (R\$ 398.083 em 2010).

Neste ano de 2011, um único cliente representava 20,2% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 57.749. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

33. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de setembro de

2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de dezembro de 2010, os resultados da operação descontinuada foram apresentados conforme segue:

	2010
Receita líquida	7.870
Custo dos produtos vendidos	(10.588)
Prejuízo (lucro) bruto	(2.718)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.040)
Resultado financeiro	(1.124)
Outras receitas e despesas operacionais	(69)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(5.951)
Imposto de renda e contribuição social	2.023
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(3.928)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que foram distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

Em 2011 não houve movimentações naquela unidade que deva ser classificada como operação descontinuada.

34. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de

R\$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesa em 2011 e de 2010 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 18.172 (R\$ 18.043 em 2010)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 350 (R\$ 293 em 2010)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 82.594.

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Aluguéis mínimos futuros	18.171	46.081	18.342	82.594

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.220 hectares, da qual 2.266 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidos.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	228	912	1.303	2.443

Contratos de arrendamento da Companhia como arrendadora

Os arrendamentos operacionais referem-se às propriedades para investimento da Companhia e têm prazos de arrendamento de 24 meses, com opção de renovação por igual período. Todos os arrendamentos operacionais contêm cláusulas de revisão de mercado caso o arrendatário exerça a opção de renovação. O arrendatário não tem a opção de compra do imóvel após o término do prazo de arrendamento.

A receita de aluguel obtida pela Companhia sobre as suas propriedades para investimento e despesas operacionais diretas resultante das propriedades para investimento no exercício foram

de R\$ 265 e R\$ 770 respectivamente.

35. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$ 13.400 registrados.

36. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetam o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 7.622 que foram financiadas diretamente por fornecedores, recebeu dividendos no montante de R\$ 16.570 através de mútuo e abatimento de outras contas a pagar e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 37.536.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de fevereiro de 2012, através de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reserva legal e reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 40.595, passando o Capital Social para R\$ 103.976, sem emissão de novas ações. Nesta mesma assembléia foi aprovada a constituição de Reserva Estatutária de Ativos Biológicos que manterá os valores a realizar referente a adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29) então registrada na conta de reserva de lucros a realizar. Na oportunidade foi ainda adequado o artigo 25 do Estatuto Social que passou a refletir a realização das reservas na base de cálculo dos dividendos.